

A LEITURA PÚBLICA EM FRANÇA (1)

O discurso proferido por Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional por ocasião da inauguração do novo edifício da Biblioteca Nacional, transcrito no último número de Cadernos, reveste-se da maior importância.

Anunciou-se um plano nacional de leitura com a consequente «integração da actividade das nossas bibliotecas e arquivos no conjunto de uma política nacional de educação permanente».

Julgamos ser a primeira vez que um ministro, em Portugal, reconhece publicamente as limitações e ineficácia das bibliotecas portuguesas na singular acção educativa que lhes devia incumbir.

No sector da leitura pública em Portugal tudo está por fazer e planificar como muito bem afirma Sua Excelência.

Procurando corresponder ao clima de esperança e expectativa em que os bibliotecários e arquivistas portugueses presentemente vivem, e como contributo que consideramos muito valioso para a elaboração do referido plano nacional de leitura, Cadernos arquivam hoje a tradução de um documento do maior interesse pela boa reflexão e comparações úteis que pode proporcionar.

A grande campanha desenvolvida em França pela «Direction des Bibliothèques», pelas associações profissionais e pela grande imprensa em face do «escândalo nacional que as estatísticas de leitura revelavam» originou um relatório, preparado por uma Comissão a nível nacional. Serenamente, conscientemente, foram estudadas as causas, dissecados os meios de acção possíveis, delineada e planificada uma política autêntica de incremento de leitura.

Considerámos muito valioso este documento como elemento comparativo e como testemunho de uma experiência vivida. Desejaríamos em breve poder publicar nestas páginas o nosso plano nacional de leitura, fruto do estudo da realidade socio-cultural portuguesa, para a elaboração do qual os bibliotecários e arquivistas darão, assim o esperamos, o seu contributo (2).

(1) FRANÇA — Secrétariat Général du Gouvernement — Direction de la Documentation — *La lecture publique en France. Rapport du groupe d'études*. Paris, La Documentation Française, 1968 («Notes et Etudes Documentaires» 1 février 1968, N.º 3459).

Traduzido por M. L. Lemos.

(2) Dada a extensão e premente actualidade do presente documento reservámos para o próximo número os originais que já temos em nosso poder.

Relatório do grupo de estudo

Em 28 de Novembro de 1966 um comité interministerial presidido por M. Georges POMPIDOU, primeiro ministro, promoveu o estudo dos processos de fomentar a leitura pública. Para esse efeito foi constituído um grupo de trabalho.

Esse grupo, presidido por M. Etienne DENNERY, director das bibliotecas e da leitura pública, realizou dez reuniões plenárias entre 9 de Dezembro de 1966 e 23 de Fevereiro de 1967.

Era formado, a título permanente, pelas seguintes pessoas:

«MM. DOMERG,

BRUGUIÈRE, chargés de mission au cabinet du Premier ministre,

GIRARD, chef du Service de la recherche au ministère des Affaires culturelles,

MARCADÉ, chargé de mission auprès du ministre de l'Education nationale,

BASDEVANT, inspecteur général de la Jeunesse et des Sports,

LARÈRE, auditeur au Conseil d'Etat (Office de la radiodiffusion et télévision françaises),

DENIEUL, chef de cabinet du ministre de l'Intérieur,

TRACOU, depois M. THEIS (Direction des collectivités locales au ministère de l'Intérieur),

POINDRON, inspecteur général des bibliothèques,

FILLET, conservateur de la bibliothèque municipale de Tours, directeur de la bibliothèque centrale de prêt de l'Indre-et-Loire.

Participaram em certas sessões do grupo:

Mlle DULERY (cabinet du ministre de l'Economie et des Finances),

M. GUILBEAU (ministère d'Etat chargé de la réforme administrative),

Mlle FAURE (ministère de la Jeunesse et des Sports),

M. FRAISSE (Haut Commissariat au Plan)».

Foram ouvidos pelo grupo (por ordem cronológica):

«MM. DEBIDOUR, sous-directeur des Beaux-Arts de la préfecture de la Seine,

DAYMES, adjoint au maire de Bordeaux,

ROYER, député-maire de Tours,

BOUVY, conservateur de la bibliothèque de Cambrai, président de la section de lecture publique de l'Association des bibliothécaires français,

ESCARPIT, professeur à la Faculté des lettres et sciences humaines de Bordeaux,

ROVAN, vice-président du Peuple et culture,

HASSENFORDER,

ARTHAUD, président du Syndicat des éditeurs,

DUPOUEY, directeur général du Cercle de la librairie,

SEBIRE, BON, membres du comité national de la Fédération des libraires,

DE BOISDEFRE, directeur de la Radiodiffusion,

DEBOUZY, conseiller technique du directeur de la Télévision».

Para lá destas, em inúmeras reuniões restritas, determinados membros do grupo reuniram-se com funcionários de vários serviços para estudarem questões de pormenor.

O presente relatório foi redigido por M. Michel BRUGUIÈRE, «chargé de mission du cabinet du Premier ministre», em colaboração com os outros membros do grupo permanente.

As conclusões foram ratificadas por um novo comité interministerial reunido no «Hôtel Matignon».

PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA DA LEITURA PÚBLICA

O QUE É A LEITURA PÚBLICA

Em França, muitos ignoram o próprio sentido da expressão «leitura pública» — apesar de M. DENNERY, nomeado director das bibliotecas e da leitura pública em 1964, se ter esforçado por pôr em relevo todo o seu significado, tal como ficara definido em 1945. De facto, temos de entender a leitura «pública» no sentido que se dava antigamente à instrução «pública»: o Estado, assim como se empenhou em oferecer a todos os meios gratuitos de se instruírem, também considera que é seu dever pôr à disposição de todos os cidadãos as obras cuja leitura possa ser agradável ou útil, enriquecendo por este meio a sua personalidade e preparando-os melhor para a sua função na sociedade. São os próprios princípios estabelecidos num manifesto da UNESCO: *Essencialmente destinada a assegurar a educação dos adultos, a biblioteca pública deve igualmente completar a obra da escola, desenvolvendo nas crianças e nos jovens o gosto pela leitura... um centro de educação popular que oferece a todos uma educação liberal.*

Em que medida esse objectivo foi conseguido no nosso país? Para assentar ideias convém recordar primeiro qual é a actual organização administrativa e comparar, em seguida, a realidade com o esquema ideal resultante desta mesma organização; examinar finalmente a situação da França no que respeita a leitura pública em relação aos países estrangeiros.

Esquema administrativo

Por um decreto de 19 de Agosto de 1945 o general de Gaulle, chefe do governo provisório, criou a «Direction des bibliothèques de France et de la lecture publique», à qual estavam reservadas três missões: administrar as bibliotecas científicas, controlar as bibliotecas municipais (em graus diferentes, consoante eram classificadas ou não), organizar e administrar a leitura pública.

Estas palavras requerem uma explicação.

— *As bibliotecas municipais* são criadas por simples deliberação do conselho municipal. Existem mais de 600 (tendo em conta as bibliotecas do antigo departamento do Sena), ou perto

de 700, se considerarmos as bibliotecas de Paris. Estas últimas (79) têm de facto um regime próprio e por isso serão mencionadas à parte ⁽¹⁾. A quase totalidade das cidades de mais de 15 000 habitantes está dotada com uma biblioteca municipal.

Todas estas bibliotecas têm orçamento e pessoal municipal e são controladas pelo Estado, por intermédio da «Inspection générale des bibliothèques». Mas meia centena de entre elas são bibliotecas classificadas, quer dizer, o seu pessoal científico (conservador-chefe e conservadores) é pessoal do Estado, embora as cidades participem na remuneração deste numa proporção de 40 a 60%, segundo a importância das mesmas.

Como funciona nestas bibliotecas a leitura pública — na maior parte das vezes distinta, mesmo no edifício central, da biblioteca de estudo, de investigação e de conservação? Assenta por vezes numa rede de bibliotecas urbanas e de sucursais de bairros, para cuja construção é deixada a iniciativa às cidades.

As bibliotecas municipais possuem assim, actualmente, 80 sucursais e 21 bibliobus, sendo Bordéus, Toulouse e Lião as mais bem dotadas. Contudo, na maior parte dos casos, será difícil distinguir dentro do orçamento das bibliotecas o que cabe à leitura pública em colecções e pessoal.

O auxílio do Estado às bibliotecas municipais não é permanente: assume a forma de subsídios, quer em dinheiro, quer através de livros. Esses subsídios elevaram-se em 1958 a 133 020 F, em 1966 a 460 450 F, em 1967 a 699 450 F, mas menos de metade é que vai para a leitura pública, pois o resto aplica-se tanto à compra de obras de estudo ou de investigação, como ao restauro de obras antigas. É no domínio da construção e do mobiliário que o esforço do Estado é mais importante; a essa finalidade foram destinados no total 24 385 885 F, a partir de 1947. O valor destes subsídios é de 35% — inferior àquele concedido às casas de cultura e ao equipamento desportivo.

Até aqui só falámos de bibliotecas municipais. Contudo, três meses depois do decreto de 18 de Agosto de 1945, que dava o seu carácter próprio à «Direction des bibliothèques», o diploma legislativo de 2 de Novembro de 1945 criava as *bibliotecas centrais de empréstimo*, destinadas a prover as comunas com menos de 15 000 habitantes; a sede da biblioteca central é, por via de regra, a cidade principal do departamento: um bibliobus abastece regularmente os depósitos efectuados em locais públicos (escolas, «mairies»). O conjunto é criado e financiado pelo Estado, mas beneficia algumas vezes de subsídios — dos departamentos ou das comunas — que representam 20% das somas totais.

O diploma legislativo de 2 de Novembro de 1945 previa uma biblioteca central de empréstimo para cada departamento: de facto, instituíram-se dezassete em alguns meses ⁽²⁾.

(1) Ver no fim da segunda parte: «Problemas de Paris».

(2) Aisne, Dordogne, Isère, Loir-et-Cher, Marne, Haut-Rhin, Deux-Sèvres, Tarn (5-11-1945), Bouches-du-Rhône, Haute-Garonne, Hérault, Indre-et-Loire, Bas-Rhin, Rhône, Seine-et-Oise, Seine Maritime, Gironde (5-6-1946).

Durante os catorze anos que vão desde 1946 a 1960 foram criadas, ao todo, quatro ⁽¹⁾. O ritmo voltou a acelerar-se bastante nestes últimos tempos: desde 1961 foram instituídas vinte ⁽²⁾. Actualmente existem, pois, quarenta e uma bibliotecas centrais de empréstimo e quatro que devem ser criadas em 1967 ⁽³⁾. O orçamento para o funcionamento destas foi, em 1966, de 4 494 117 F.

— Finalmente, é indispensável mencionar as «Associations départementales de lecture publique», em número de quinze, pouco mais ou menos, criadas a partir de 1954; o Estado contribui para o seu funcionamento numa proporção de cerca de 23%, isto é, com 332 500 F.

São estas as diferentes formas pelas quais a Direcção «da leitura pública» pode cumprir a missão que lhe foi traçada em 1945. Isto deixa desde já pressupor que a realidade que acabamos de descrever não corresponde ao esquema administrativo ideal tal qual se infere dos textos e não poderá permitir, por outro lado, comparações muito lisonjeiras com a leitura pública no estrangeiro.

Lacunas e comparação com o estrangeiro

— Uma das lacunas mais evidentes diz respeito às bibliotecas centrais de empréstimo, como mostram os números seguintes:

	Departamentos metropolitanos	Comunas com menos de 15 000 hab.	Habitantes
Número teórico a servir	95	37 582	27 762 000
Número realmente servido	39	16 435	13 681 762

Assim, menos de metade da população abrangida tem probabilidades de receber um bibliobus. Acrescente-se ainda que, se a biblioteca for de instituição muito recente, se a topografia do departamento for tal que um só bibliobus não seja suficiente, se, enfim, determinadas comunas recusarem o serviço dos bibliobus, estes números baixam mais. Podemos supor que dos 13,6 milhões de franceses que deveriam ser abrangidos por este meio, 9,5 pertencem à área visitada pelo bibliobus. Além disso, nem todos são clientes fiéis da biblioteca, por causa do próprio sistema de depósito. O depositário é habitualmente um professor primário ou um secretário da «mairie», não remunerado, que nem sempre se interessa pelos fundos nem pela propaganda que poderia ser feita; às vezes limita-se a beneficiar os amigos, ou, se é pro-

⁽¹⁾ Moselle (12-6-1951), Eure, Réunion (5-10-1956), Lot-et-Garonne (27-8-1957).

⁽²⁾ Corse (12-10-1961), Ariège, Cantal (14-11-1962), Cher, Côte-d'Or, Doubs, Ille-et-Vilaine (9-1-1964), Aveyron (24-3-1964), Loiret (30-7-1964), Alpes-Maritimes, Charente-Maritime, Drôme, Lozère (22-1-1965), Aube, Meuse (24-8-1965), Manche, Martinique, Hautes-Pyrénées (7-1-1966), Charente, Pas-de-Calais (19-8-1966).

⁽³⁾ Corrèze, Guadeloupe, Morbihan, Somme.

A leitura pública em França

fessor, os alunos. Por força das circunstâncias as estatísticas tornam-se, portanto, muito imprecisas; mas podemos aceitar a hipótese de que, no máximo, 2 a 4% da população adulta e 50 a 75% da população escolar (isto é, menos de 10% da população total abrangida) são clientes das bibliotecas centrais de empréstimo.

— Quanto às *bibliotecas municipais*: para as classificadas, a «Direction des bibliothèques» crê que as sucursais e os bibliobus em serviço representam cerca de um sétimo das necessidades a satisfazer. Nas outras, as colecções e os edifícios são muitas vezes antiquados, e o pessoal insuficiente: cada biblioteca emprega em média menos de três pessoas, das quais 0,5 com qualificação profissional. O conjunto das bibliotecas municipais — que englobam 15 400 000 pessoas — recebe apenas 524 000 leitores, isto é, menos de 3% da população interessada.

As estatísticas mais optimistas revelam assim, tendo em conta Paris e o Sena, uma percentagem de 4,6 leitores em relação à população total.

O número correspondente, no que respeita ao estrangeiro, está sem dúvida sujeito a caução, pois os parâmetros podem ser diferentes: não obstante, teríamos uns 40% para o Canadá, 31% para a Dinamarca e U. R. S. S., 30% para a Grã-Bretanha, 20% para os Estados Unidos.

Não serão menos inquietantes outros critérios de confronto, tal como mostra o quadro seguinte:

	França	Canadá	U. R. S. S.	G. B.	E. U. A.	Dinamarca
Número de empréstimos anuais por habitante	0,74	5,8	4,5	9,4	5,4	7
Despesas anuais por habitante (em francos)	0,65	6,36	?	10,5	12,6	17,5

Por conseguinte, quando M. Pompidou afirma que neste domínio *tudo está por fazer* (1), ninguém pode acusá-lo de qualquer pessimismo. Mas, antes de examinarmos as medidas que podem corrigir esta situação, tem interesse saber por que é que a França, país cuja literatura é uma das mais ricas do mundo, e onde o número de analfabetos é desde há meio século mínimo, chegou até este ponto; interessa também saber se no momento actual é possível e desejável um alinhamento com o estrangeiro.

(1) Entrevista concedida ao «Figaro littéraire» em 1 de Setembro de 1966.

Obstáculos do passado e do presente

Alguns estudos, na maior parte recentes, revelaram as origens longínquas do desajustamento entre a situação francesa e a dos outros Estados civilizados. Em 1909 as bibliotecas públicas britânicas emprestavam sessenta milhões de livros para leitura domiciliária, isto é, 2,4 por cada habitante servido; no princípio do século xx as bibliotecas públicas de Londres e de Nova Iorque emprestavam por ano, para leitura domiciliária, dois livros por cada habitante (duas vezes mais do que hoje em Paris). Foi portanto na segunda metade do século xix que a França se distanciou do movimento em favor da leitura pública que se desenvolvia então nos países anglo-saxões. A França tinha, sem dúvida, bibliotecas municipais; mas a maior parte delas era constituída por obras antigas, apreendidas no tempo da Revolução (bens de emigrados, de ordens religiosas, de parlamentos, de bispados) e este fundo de origem apenas se enriquecia ocasionalmente pelo legado de um erudito local. Assim, por força das circunstâncias, os letrados, universitários, juristas ou curiosos constituíam o essencial da clientela; os depósitos tiveram privilégios em detrimento da sala de leitura, a conservação e a encadernação em detrimento das novas aquisições; as horas de abertura apenas convinhavam àqueles que dispunham de muito tempo livre; finalmente, os bibliotecários estavam divididos em dois grupos: uns, formados pelas rígidas disciplinas da «Ecole des Chartes», consagravam-se, muito naturalmente, à mais alta erudição; os outros, serventuários mais modestos e mal remunerados do culto da ciência, decalcando por aqueles o seu comportamento, teriam julgado diminuir-se ao aconselhar um leitor profano, teriam considerado ainda mais escandaloso franquear as portas do templo, procurar atrair a ele o transeunte desocupado. Bem desejaríamos ter a certeza de que as constatações anteriores não podem, de forma alguma, ser escritas no presente...

— Mas seria inexacto explicar a situação actual apenas pela sociologia da França ou pela sua história:

Uma escolha política dos governos ou das colectividades locais teria sido suficiente para que nascesse uma verdadeira leitura pública: apesar das solicitações da administração das bibliotecas, esta escolha não se manifestou. Contudo, em condições sociológicas e históricas que nos habituámos a considerar como «pouco democráticas», isto é, no Segundo Império, uma tal escolha existiu: forçoso é constatar que, se por um lado a sala pública de leitura e, por outro, as bibliotecas dos «arrondissements» de Paris foram criadas por volta de 1865, os regimes que desde então se sucederam não ofereceram à capital mais do que trabalhos de reconstrução e de adaptação. O próprio ensino obrigatório não teve efeitos nefastos sobre a leitura, *porquanto o seu desenvolvimento não estava ligado ao de uma rede de bibliotecas adaptadas?* Na medida em que para uma grande parte da população o livro é antes de tudo um artigo escolar, ligado no passado a exercícios desagradáveis e no presente, a construções solenes e vetustas, corre-se o risco de que a recusa de ler surja como uma garantia de liberdade, como o testemunho de

uma maturidade finalmente conquistada, que despreza a lição da escrita para se basear apenas na das coisas. É, sem dúvida, uma das razões da «regressão ao analfabetismo», que se verifica muitas vezes nos jovens na altura do serviço militar.

Então se a história, a sociologia e certos factores psicológicos desviaram a França do caminho da leitura pública, será desejável tentar fazer com que enverede agora por ele, à custa de enormes investimentos:

À primeira vista muitos argumentos podiam ser invocados para se afirmar que é bastante tarde.

— Antes de mais, dirão alguns, a iniciativa privada substituiu a incapacidade do Estado. Com efeito, existe um grande número de bibliotecas de empréstimo ao serviço de determinados grupos sociais. As bibliotecas dos comités de empresas (a da «Régie Renault» é um bom exemplo), as das «maisons des jeunes» e das «maisons de la culture», dos «foyers ruraux», de toda a espécie de clubes, da S. N. C. F. ⁽¹⁾, da «Action catholique générale féminine», do «Centre laïque de lecture publique», prestaram e continuam a prestar imensos serviços que é difícil avaliar por falta de estatísticas globais. Todavia, para lá do facto de não convir ao Estado renunciar a uma função que ele próprio definiu, o deixar-se a exclusividade ao sector privado poderia comportar perigos evidentes. Aliás, a carta da UNESCO a que se fez alusão define de uma forma muito precisa os atributos da biblioteca pública, que *deve ser financiada na totalidade ou na maior parte pelo Estado ou pelas colectividades locais... estar aberta a todos os membros da comunidade seja qual for a sua profissão, a sua religião... a sua classe social...* Se é então possível e desejável harmonizar a acção privada e a dos poderes públicos, o Estado deve ter como ponto de honra tornar-se um guia exemplar.

Podia ainda intervir um outro argumento baseado no enorme e recente desenvolvimento das colecções do tipo «Livro de bolso»: a leitura «privada», graças a obras baratas, pouco incómodas e de natureza variada, não bastará, de hoje em diante, para satisfazer as necessidades?

Temos de ver que, na realidade, esse género de livros é principalmente comprado por um público cuja curiosidade é já intelectual. Na Itália começa-se a dar conta de que, depois de uma saída retumbante, o mercado do livro de bolso está quase saturado, porque não ultrapassa os limites da classe culta. O livro de bolso, só por si, não chega para atrair aqueles que *nunca lêem nada* (cerca de 56% dos franceses, segundo um inquérito recente), nem mesmo aqueles que apenas lêem «fotonovelas» ou o que se convencionou designar por sub-literatura. Ainda que os atraísse, não podia oferecer-lhes tudo o que lhes é necessário no domínio da documentação jurídica, administrativa, técnica, artística ou agrícola; não oferece quase nada às crianças e aos adolescentes, que representam a parte mais interessante do público, pois é ela a portadora de todas as esperanças. Por todas estas razões não podemos portanto conformarmo-nos apenas com essa excelente iniciativa que tem, além do mais, o inconveniente de

(1) Por extenso: Société Nationale des Chemins de Fer (Nota da trad.).

oferecer a todos, em plano de igualdade e no domínio puramente «literário» que é o seu, o melhor e o pior.

Mas, poder-se-á objectar, não é o próprio livro que está a tornar-se um pouco anacrónico? Com efeito, determinado sector do público corre o risco de nunca fazer um esforço para o adquirir, obter por empréstimo, ou solicitar um conselho a seu respeito. Não bastará dirigirmo-nos a esse público pelas vias que são do seu agrado? As da televisão, da radiodifusão, do cinema do semanário, do magazine? Não encontrará ele aí a melhor iniciação, a maior variedade, a súpula mais moderna de conhecimentos? Na época dos meios de comunicação das massas, a biblioteca, mesmo a mais perfeita, não será anacrónica?

Um argumento como este, ainda que aparentemente sólido, não resiste a um exame. Sem dúvida que o papel da informação áudio-visual é considerável e não deixará de crescer: num prazo de cinco a dez anos, a televisão mundial permitirá a cada um receber uma soma cultural gigantesca, graças aos satélites de retransmissão. Mas é precisamente por isso que a leitura veio tornar-se mais do que nunca indispensável. Tem de servir de antídoto a este assalto permanente e permitir ao indivíduo encontrar-se a si próprio numa *escolha livre*. «*A biblioteca pública, diz o manifesto da UNESCO, deve dar (a todos) a possibilidade e o desejo... de salvaguardarem a liberdade de expressão e de permanecerem animados de um espírito crítico e construtivo*». Um dever como este não está prestes a extinguir-se; tem por corolário a presença indispensável, numa biblioteca, de técnicos competentes, dedicados e acolhedores, que possam dar ao leitor um conselho imparcial e adequado.

— A todas estas razões para se desenvolver a leitura pública, outras mais gerais se acrescentam.

Esforço pessoal de enriquecimento e hábito que não se perde, a leitura é desde logo condição de qualquer promoção social. A diferença entre o homem com responsabilidades e o executante baseia-se numa diferença de cultura geral, pois que um domina os problemas no seu conjunto, enquanto que o outro não pode perceber senão os pormenores. A leitura, e só ela, permite atenuar esta diferença; numa época em que o ensino se torna mais democrático, a leitura dá à educação permanente o seu sentido e o seu alcance.

Não podemos esconder, por fim, que a necessidade de leitura é geral, não obstante aquilo que um exame superficial possa fazer crer. Desde que pessoas dedicadas e cheias de imaginação (bibliotecários, administradores municipais, conselheiros gerais) unam os seus esforços, o resultado será rápido. Em Bordéus, para uma população de 285 000 habitantes, houve 589 747 empréstimos, quer na biblioteca, quer domiciliários, a que temos de acrescentar 111 893 empréstimos a crianças. Em Tours, para uma população de 110 000 habitantes, houve 491 000 empréstimos, ou seja, 4,6 por habitante, o que é absolutamente comparável aos números obtidos no estrangeiro. Na cidadezinha de Yerres (Essonne) (18 000 habitantes), o número de inscritos na biblioteca passou de 25 a 900, em dois anos. Finalmente em Sarcelles, onde a carência era particularmente aguda, foi um particular que tomou a iniciativa do empréstimo domiciliário: esta iniciativa, encorajada pela administração e pela municipalidade, conheceu um imenso

sucesso; para uma população de 40 000 habitantes (1), fizeram-se em 1961 24 875 empréstimos; em 1962, 47 599; em 1963, 70 516.

Por conseguinte, nem as desvantagens do passado, nem as dificuldades do presente nos devem desviar de uma política de leitura pública, cujos princípios podem ser agora mais claramente definidos.

Princípios de acção

Em primeiro lugar convém aproveitar de algum modo o nosso atraso para corresponder da forma mais adequada às necessidades da nossa época. Construindo do princípio, transpondo certas etapas, poder-se-á utilizar a experiência dos outros países em dois domínios principais:

— Primeiramente, na implantação dos órgãos da leitura pública. Quer se trate do desenvolvimento das cidades, do planeamento urbanístico dos grandes aglomerados, da habitação, ou da remodelação das aldeias, a administração da segunda metade do século xx dispõe de um certo número de meios de previsão e de acção inteiramente novos. Assim, é possível elaborar um plano que não corresponde apenas às necessidades do passado ou mesmo às do presente, mas às de um futuro próximo.

— Em seguida, na própria natureza desses órgãos. Quer se trate de edifícios ou do seu equipamento em estantes e livros, pode-se, a partir de agora, construir para todo o país um sistema racional e uniforme. Esta racionalização produziu já os seus frutos em matéria escolar: a lição não deve perder-se.

Enfim, a própria extensão do atraso, comparada com a das necessidades, deve levar o país a tomar consciência de que se trata de uma obra de interesse *nacional*. Todas as administrações interessadas, todas as colectividades locais em causa, todos os sectores da indústria particular podem aperceber-se de que os seus interesses e deveres convergem, de que o Plano de Desenvolvimento ficaria incompleto se a leitura pública não viesse ocupar aí o lugar que lhe compete num Estado moderno.

O presente relatório terá assim por objectivo propor ao governo um certo número de medidas precisas, cuja execução parece que não vai de encontro a nenhum obstáculo intransponível. Se estas medidas fossem tomadas simultâneamente, o seu resultado não seria apenas prático; teriam também um eco psicológico, capaz de garantir efeitos em cadeia e de assegurar à leitura pública o impulso que lhe faltou até aqui.

(1) Um inquérito do «Conseil national pour l'aménagement du temps de travail et des loisirs» no grande aglomerado de Massy-Antony, revela que 54% das pessoas que nunca frequentam a biblioteca declaram que iriam lá se existisse uma nas proximidades do seu domicílio (Citado em *Rapport général pour le v^e Plan* da «Commission d'équipement culturel», pág. 6, nota 5).

MEDIDAS IMEDIATAS QUE SE SUGEREM

O pessoal de leitura pública

Qualquer política deve assentar nos homens. Ao examinar-se, em primeiro lugar, qual o pessoal que há-de ser recrutado nos anos que se seguem, definir-se-á na realidade o espírito novo de que esse pessoal é garantia. Convém acentuar, no entanto, que a adaptação rápida do pessoal em funções deverá ser também objecto de todos os cuidados da administração.

Novas funções

Conservar e aumentar uma colecção numerosa, antiga e preciosa, inventariá-la e classificá-la, tais são as funções daqueles que chamamos com razão os «conservadores» das bibliotecas tradicionais. Tais funções mantêm o seu valor, e em certa medida a sua importância, no que diz respeito à leitura pública. Mas novas funções vêm juntar-se a estas. Nas grandes cidades e mesmo na maior parte das localidades devem, daqui por diante, substituí-las.

Acolhimento e conselho

O livre acesso do utente às estantes colocam-no diante de um problema de escolha. Ora (e o problema põe-se de uma maneira cada vez mais aguda com o crescimento do número das publicações) o leitor, mesmo o esclarecido, deve ser guiado e aconselhado, sobretudo se é com uma preocupação social e profissional que procura documentar-se. Naturalmente é ao bibliotecário que cabe pôr o leitor à vontade, a partir do seu primeiro contacto com a biblioteca, e também elaborar com ele uma espécie de bibliografia, evitando-lhe erros e perdas de tempo.

Animação

Centro de documentação, a biblioteca pública é também um centro de vida social e de encontros culturais. Algumas considerações trocadas sobre um livro ou sobre um autor permitem verificar similitudes de gosto, fazem nascer relações ou simpatias. Mas para poder desempenhar esse papel, torna-se necessário que a biblioteca atraia e retenha todo um público que muitas vezes a ignora, e isso graças a diversos meios de animação:

- Apresentação de livros sobre temas inspirados na actualidade nacional, regional, local;
- Exposições, não apenas sobre os escritores e as suas obras, mas também sobre qualquer assunto (histórico, folclórico, económico) que possa despertar interesse;
- Organização de conferências à volta dessas exposições;
- Círculos de leitores, discussões, serões de leitura, ilustração sonora ou visual de um livro, estudo de um tema;

- Encontro com autores e intérpretes de uma obra de teatro ou de cinema;
- Concertos comentados, horas musicais e projecções de filmes;
- Anúncio e utilização das emissões do O. R. T. F. (1) dedicadas à literatura.

A realização, ainda que parcial, de um programa como este pressupõe a deslocação frequente do bibliotecário, pressupõe que ele esteja ao serviço dos outros durante os momentos que têm de ócio, que colabore com as colectividades públicas ou com as associações particulares que a ele recorrem. Por outro lado, quando existam outros organismos socio-culturais, deve empenhar-se em harmonizar a sua acção com a dos que são responsáveis por esses organismos.

O novo pessoal

Para exercer todas estas actividades de forma conveniente, necessita-se de pessoal que possua conhecimentos gerais: estes conhecimentos devem ser pelo menos a nível de curso liceal, mesmo que a posse desse diploma não seja rigorosamente indispensável.

Além disso, é preciso que o pessoal tenha recebido uma formação profissional dirigida para as técnicas biblioteconómicas e para a natureza e técnicas de animação.

Enfim, pelo seu carácter e personalidade deve estar apto a aconselhar sem brusquidão e a animar sem importunar, o que requer tacto e um sentido agudo das relações humanas.

Em todo o caso, essas funções exigem aptidões e conhecimentos especiais, simultaneamente diferentes e complementares daqueles que eram até aqui pedidos ao pessoal das bibliotecas. Esse pessoal há-de, pois, poder encontrar o seu lugar na nova estrutura. Os *conservadores* (2) a quem serão confiadas as bibliotecas públicas seguirão estágios de iniciação nas técnicas de animação; os *sub-bibliotecários* (3) deverão poder ter acesso, por promoção, ao corpo de bibliotecários de leitura pública. Mas esse corpo novo, o dos *bibliotecários de leitura pública*, que será objecto de um recrutamento e de um estatuto especiais, ao ser criado deverá integrar-se no conjunto dos corpos actuais.

(1) Office de la Radiodiffusion et Télévision Françaises (Nota da trad.).

(2) Os *conservadores*, assim classificados desde o decreto 66-951 de 22 de Dezembro de 1966 que suprimiu a designação «bibliotecário», compõem o corpo científico das bibliotecas; a sua formação profissional fica garantida com um ano de ensino depois da licenciatura pela «École nationale supérieure de bibliothécaires» criada em Julho de 1964 e na qual se entra por concurso. Qualquer biblioteca central de empréstimo, assim como qualquer biblioteca municipal classificada, é dirigida por um conservador que é responsável pela gestão do seu estabelecimento perante a «Direction des bibliothèques» ou a municipalidade.

(3) Os *sub-bibliotecários* do Estado, cujo estatuto foi estabelecido pelo decreto n.º 50-428 de 5 de Abril de 1950, formam o pessoal técnico das bibliotecas; estão encarregados dos trabalhos técnicos correntes sob as ordens dos conservadores.

Recrutamento

A «direction des enseignements supérieurs» do Ministério da Educação Nacional estuda neste momento a criação dos *instituts universitaires de technologie* abertos às carreiras sociais (assistentes sociais, educadores especializados, animadores socio-culturais). O programa destes I. U. T., que preparam para funções e não directamente para profissões, será estabelecido com o acordo dos futuros utentes que representarão um terço do corpo docente.

Competirá pois à «direction des bibliothèques» escolher entre os possuidores de um diploma conferido por um I. U. T. que prepara para as carreiras sociais, segundo o processo seguinte:

- Pré-selecção por meio de testes e de entrevista (1);
- Concurso externo que confere o título de bibliotecários estagiários de leitura pública para 80 a 85% dos lugares a prover;
- Formação nas técnicas biblioteconómicas em três ou quatro meses;
- Concessão eventual do título, depois de um ano de estágio.

Promoção

O acesso à carreira de bibliotecário de leitura pública, até ao limite de 15 a 20% dos lugares, far-se-á por concurso interno, aberto aos sub-bibliotecários de Estado que desempenhem funções há pelo menos cinco anos e que não tenham ultrapassado ainda os 35 anos.

Várias soluções são possíveis para lhes dar a formação de animadores. A melhor seria que fosse o Estado a tomar a seu cargo, durante os dois anos de estudos, os sub-bibliotecários que tivessem passado nas provas de pré-selecção e no concurso interno e que tivessem sido admitidos como alunos no I. U. T.

Medidas transitórias

É indispensável prevêê-las para o caso de não ser criado, a partir de Outubro de 1967, um I. U. T. que prepare para as carreiras sociais. Mesmo no caso contrário, os bibliotecários saídos dos I. U. T. não poderiam entrar em funções antes de dois anos. Portanto, são os sub-bibliotecários actualmente em serviço nas bibliotecas centrais de empréstimo que devem beneficiar destas medidas. Presentemente, 33 deles satisfazem às condições de idade desejáveis (menos de 35 anos): uma dezena, sem dúvida, seria bem sucedida nas provas de pré-selecção.

Depois de alguns estágios relativamente curtos nas técnicas de animação, seria de desejar que lhes fosse concedida uma indemnização temporária, justificada pelas suas novas tarefas, ou que fossem nomeados delegados nas funções de bibliotecários de leitura pública, uma vez

(1) Como se faz, por exemplo, para os candidatos ao «service de l'éducation surveillée» que depende do Ministério da Justiça.

adoptado o estatuto. Quando estivesse preparada a primeira geração saída dos I. U. T., os beneficiados pelas medidas transitórias seriam por seu turno admitidos nos cursos de um I. U. T.

No decorrer dos três ou quatro anos próximos, o recrutamento anual de bibliotecários de leitura pública seria da ordem dos trinta; poderia atingir meia centena, se os resultados junto dos leitores correspondessem à expectativa.

Estatuto

Tendo em conta as funções dos bibliotecários de leitura pública, apesar dos seus estudos superiores não deverem exceder dois anos, é de esperar que o seu lugar possa ser classificado na categoria A. Dado que as suas funções têm um carácter educativo, cuja importância irá crescendo à medida que forem sendo organizadas as estruturas de uma educação permanente em que as bibliotecas desempenharão um papel mais importante, podem ser assimilados ao corpo docente; a escala de índices obtida deveria corresponder pelo menos à dos outros funcionários que forem recrutados à saída dos I. U. T.

A promoção dos bibliotecários de leitura pública ficaria assegurada dentro das instituições actuais, porque estes poderiam depois de cinco anos de actividade apresentar-se ao concurso interno de admissão à «Ecole nationale de bibliothécaires» e sair dela com o grau de conservador.

Este é o pessoal do Estado. As cidades poderiam também recrutar bibliotecários de leitura pública entre os animadores socio-culturais diplomados. A sua formação nas técnicas biblioteconómicas poderia ser assegurada nos centros que formassem os bibliotecários do Estado, sendo os bibliotecários municipais neles admitidos na qualidade de auditores livres.

O futuro das bibliotecas municipais depende igualmente das disposições que forem tomadas para melhorar o recrutamento do pessoal municipal; bibliotecários de primeira e segunda classe (que terão a classificação de conservadores), sub-bibliotecários, empregados, serventes e guardas de bibliotecas. Além de algumas modificações estatutárias de pormenor, convém rever os índices desse pessoal, para o qual não foram tidas em conta até agora as modificações operadas nas categorias do Estado que lhes serviram de equiparação.

Bibliotecas de leitura pública

Cidades com mais de 20 000 habitantes

Tem de admitir-se desde já que os princípios que vão ser definidos não poderão receber uma aplicação uniforme: ao passo que determinadas cidades não terão mais do que retocar as suas instalações actuais, noutras tudo está por fazer. Em todos os casos as realizações depen-

derão principalmente da vontade dos municípios ⁽¹⁾, mesmo que o Estado ponha a funcionar o sistema de encorajamento que vai sugerido mais adiante em pormenor. Vale a pena definir qual a estrutura de leitura pública mais desejável numa cidade moderna.

1. Convém que cada um saiba onde se encontra o edifício principal. Tal como o Correio ou a Câmara, o caminho da biblioteca deve ser indicado por setas especiais, como se faz já em certas cidades.

2. O edifício principal deve situar-se no próprio centro das actividades urbanas e a sua arquitectura, ainda que majestosa, não há-de ser excessivamente imponente. Determinadas bibliotecas dos centros culturais franceses no estrangeiro (Casablanca, por exemplo) constituem um êxito, com as suas paredes translúcidas que deixam ver no rés-do-chão tanto os livros, como os leitores que os folheiam livremente. Se ao transeunte apenas basta empurrar a porta para ter acesso aos livros, é mais provável que vá até eles do que se houvesse de subir uma escadaria sumptuosa.

3. Mesmo que o projecto das bibliotecas municipais ainda por construir não possa ser idêntico em toda a parte, em virtude das imposições do terreno, deveria encorajar-se o emprego de materiais industrializados, que tão bons resultados têm dado nas construções escolares.

4. No interior da biblioteca, o livre acesso às estantes é uma exigência primordial da leitura pública. Isto quer dizer que a biblioteca tradicional, com um grande depósito e uma pequena sala de leitura, deve dar lugar a uma concepção precisamente inversa. Pode-se mesmo admitir, em certas bibliotecas piloto — ou que pelo menos funcionarão como tal no nosso país — a supressão do depósito, com eliminação das obras usadas e ultrapassadas que já não são pedidas. Para facilitar as operações de empréstimo, poder-se-ia generalizar o sistema introduzido em Tours, que substitui as incómodas fichas de empréstimo por um simples registo, em banda magnética, do nome do requisitante e do título escolhido.

5. Consoante a importância da cidade e consoante os seus recursos, terá de ser encarada a abertura de salas anexas, destinadas, por exemplo, aos jovens.

Não há possibilidade de oferecer-lhes em todas as cidades de França uma biblioteca como a de Clamart, excepcional numa cidade desta importância, e que beneficiou de um mecenato também excepcional, mas será bom que nos inspiremos nela o mais possível.

6. No interior das grandes cidades, é importante que os *anexos* da biblioteca municipal, cujas colecções esta renovará regularmente, sejam tão numerosos quanto possível. Podem apresentar-se sob a forma muito simples, mas ao mesmo tempo muito abordável de «bou-

(1) A cidade de Tours reserva à biblioteca 870 000 F de um orçamento cultural de 3 650 000 F e de um orçamento geral de 45 000 000 de F (portanto perto de 2% do total). Esta proporção é, infelizmente, muito rara.

Para um conhecimento pormenorizado acerca do assunto, bem como sobre a instalação e funcionamento desta biblioteca, vide Sousa, José Manuel Motta de — *A Biblioteca Municipal de Tours ou a biblioteca municipal ao serviço da educação permanente de uma comunidade*. «Cadernos Bibl. Arq. Doc.», Coimbra, 6(1) Jan. 1969, p. 3-11. (Nota da trad.).

tiques», porventura com uma sala de discussão ou de conferências na dependência contígua. Devem estar situados nos locais mais frequentados (paragens de autocarro, por exemplo; em determinadas cidades estrangeiras existem sucursais no metropolitano). Em certos casos podem ser efectuados depósitos nas fábricas ou nas administrações.

7. Em determinadas circunstâncias, a eficácia das bibliotecas municipais será consideravelmente aumentada pelo uso de um bibliobus urbano, utilizado sobretudo nos bairros periféricos.

8. Existem nas cidades sectores muito desfavorecidos e onde em especial se torna urgente intervir: por um lado, os arrabaldes, verdadeiro deserto cultural, salvo algumas excepções à volta de Paris; por outro, os grandes aglomerados. O problema dos grandes aglomerados é tão importante e complexo que o grupo de estudo julgou dever consagrar-lhe um minucioso exame ⁽¹⁾.

9. Os horários de abertura da biblioteca de leitura pública devem ser cuidadosamente estudados para permitirem o acesso ao maior número possível de público. As necessidades podem variar consoante as cidades, mas em todos os casos deve ser tomada em consideração a prática, cada vez mais difundida, da leitura diurna permanente. É claro que a biblioteca infantil tem de ter a sua maior actividade às quintas-feiras.

10. O grupo de estudo recolheu opiniões opostas sobre a questão de saber se a inscrição numa biblioteca de leitura pública deve ou não ser gratuita. Aqueles que a desejam gratuita baseiam-se no facto de que a leitura é um direito, pela mesma razão que o ensino, e que, além do mais, a cobrança de uma quota sobrecarrega o pessoal de biblioteca com uma contabilidade trabalhosa. Outros, nomeadamente determinados «maires», deram relevo ao facto de que os recursos assim reunidos permitem compensar um pouco as despesas de funcionamento e que, para além dessa circunstância, o leitor se sente mais responsável pelo bom funcionamento da biblioteca se pagar a inscrição, ainda que simbólica. A este respeito, talvez fosse judicioso não estabelecer uma regra imperativa e, ao aconselhar a gratuidade, deixar aos municípios a liberdade de escolha.

11. Em todos os lados onde isso seja ainda viável, a biblioteca podia ser implantada na vizinhança ou mesmo justaposta às outras construções culturais (casas de cultura, por exemplo). Devem ser tomadas medidas administrativas nesse sentido (ver mais adiante).

Pequenas cidades e aldeias

O «*rapport général pour le Ve plan*» da «Commission de l'équipement culturel» reconhece que não pode haver um número indefinido de casas de cultura e que as pequenas localidades devem procurar prover-se de simples estabelecimentos culturais polivalentes (p. 96). Em muitos casos a biblioteca de leitura pública parece perfeitamente indicada para desempenhar esse papel

⁽¹⁾ Ver mais adiante.

que alguns bibliotecários já começaram a impor-lhe. Aumentando-a com uma discoteca, organizando exposições e conferências numa sala especial, até mesmo concertos ou representações teatrais, é relativamente fácil alargar a sua irradiação própria, pois toda a curiosidade no domínio da cultura vem desembocar mais tarde ou mais cedo no livro.

Contudo, muitas cidades pequenas e a maior parte das aldeias não poderão fundar verdadeiras bibliotecas: nelas, convém portanto difundir o livro graças a uma rede de bibliotecas centrais de empréstimo perfeita e bem adaptada. O bibliobus só é verdadeiramente eficaz quando efectua empréstimo directo, quando os leitores podem subir para irem escolher os seus livros nas estantes, como se o fizessem numa verdadeira biblioteca.

Não há dúvida de que a população rural aprecia esta possibilidade de igualdade intelectual com os habitantes dos grandes aglomerados: a passagem dos bibliobus dá-lhes o sentimento muito real de que não foi esquecida.

Os bibliobus das bibliotecas centrais de empréstimo não devem renunciar totalmente aos depósitos, quer nas comunas mais pequenas, quer nas bibliotecas das comunas de 5 000 a 20 000 habitantes: a perspectiva de fornecimento de livros há-de efectivamente incitar as bibliotecas locais a renovarem-se, quando isso seja possível. Mas os depósitos podem também ser considerados em relação a outros organismos vivos, perto dos centros de trabalho (bibliotecas de empresa) ou de entretenimento («maisons des jeunes»).

O serviço do bibliobus de empréstimo directo a esses numerosos pontos fixos, e a sua passagem, a intervalos relativamente próximos, tornam necessário o aumento maciço do parque automóvel das bibliotecas centrais de empréstimo. As incidências financeiras serão importantes: em todo o caso o grupo de estudo tem a convicção de que um tal aumento é absolutamente indispensável a qualquer política eficaz de leitura pública.

Dois meios privilegiados: a escola e o exército

Em princípio, todas as raparigas passam pela escola; todos os rapazes passam pela escola e pelo quartel. Mesmo quando estas regras sofrem um determinado número de excepções, a escola e o exército são abrangidos no mais alto grau por toda a acção nacional; com efeito, apesar das diferenças resultantes da origem, das capacidades ou do carácter, todos passam aí alguns anos da sua vida — que são determinantes.

Escola

É na idade da frequência escolar que podem ser contraídos o gosto e o hábito da leitura, com a condição de que esta seja voluntária. Sem dúvida que o ideal seria a biblioteca dos jovens, ligada ou não à biblioteca de leitura pública. Mas obtém-se já um bom resultado, com menos despesas, conseguindo trazer regularmente um bibliobus à escola — onde este introduz como que um divertimento; o facto de se sair da aula para subir a um bibliobus e escolher

A leitura pública em França

um livro basta para, no espírito das crianças, dissociar a leitura das obrigações escolares propriamente ditas. No Indre-et-Loire, o sucesso com um método destes foi notável: um bibliobus serve 25 classes por dia, ou seja, 1 000 alunos. Volta a passar em cada escola de três em três semanas e serve então — com excepção das quintas e domingos — cerca de 15 000 crianças; estas, entre duas visitas, trocam os livros entre si, mas ficam responsáveis por aquele que requisitaram.

O grupo tomou um grande interesse na generalização desta medida: depois das negociações entre o secretário geral do Ministério da Educação Nacional e os directores da leitura pública e pedagogia, ficou assente que a partir daí os bibliobus escolares, controlados pela «direction des bibliothèques et de la lecture publique», poderiam servir o ensino do primeiro grau; forneceriam igualmente obras documentais, de cultura geral e de distração ao primeiro ciclo do segundo grau, aos C. E. G. ⁽¹⁾, C. E. S. ⁽²⁾ et C. E. T. ⁽³⁾ não integrados. Estes bibliobus escolares seriam geridos pelas bibliotecas centrais de empréstimo, utilizariam a sua garagem, a sua reserva de livros e as suas instalações. Nenhuma despesa de leitura pública pode ser mais útil, nenhuma pode obter um sucesso mais espectacular.

Exército

É na idade das obrigações militares que o gosto e o hábito da leitura se perdem, às vezes definitivamente.

As Forças Armadas, conscientes da sua responsabilidade social, empenharam-se em prover de livros todos os seus centros de vida colectiva. Desta forma, são servidos cerca de 700 salas de convívio de unidades, 50 hospitais e enfermarias e 50 estabelecimentos industriais. Temos de mencionar ainda as «bibliotecas circulantes» para as unidades em deslocação, sob a forma de caixotes que contêm 25 livros escolhidos. O conjunto é enriquecido anualmente com cerca de 50 000 obras. O «centre interarmées», de Angoulême, deverá formar a partir de 1966 animadores capazes de dar vida, nas unidades, a clubes de leitura.

O grupo de estudo exprime o desejo de que o serviço de acção social do Ministério do Exército continue a ser encorajado e que sejam estabelecidas ligações com a «direction des bibliothèques» para permitir uma melhor e mais económica coordenação, quer na compra de livros, quer na sua distribuição.

A leitura pública nos grandes aglomerados

Os grandes aglomerados populacionais, onde as bibliotecas são actualmente muito raras, têm um interesse especial para a leitura pública: os seus habitantes não se conhecem e encontram dificuldade em estabelecer relações sociais; a televisão e o automóvel constituem as principais

⁽¹⁾ ⁽²⁾ ⁽³⁾ Por extenso: Collège d'Enseignement Général; Collège d'Enseignement Secondaire; Collège d'Enseignement Technique. (Nota da trad.).

distracções; especialmente as mulheres novas sentem, muitas vezes, uma deprimente impressão de solidão.

Torna-se pois necessário que o Estado favoreça neles o desenvolvimento de bibliotecas modernas, o que exige algumas adaptações da regulamentação.

Regulamentação geral

A circular interministerial n.º 6 144 de 24 de Agosto de 1961, que diz respeito aos equipamentos sanitário e social das estruturas urbanas, está em vias de revisão. Interessa que o Ministério da Educação Nacional («direction des bibliothèques») se associe aos trabalhos do grupo que, por iniciativa da «direction de la construction du ministère de l'Équipement», realiza actualmente esta revisão. A biblioteca poderá assim figurar expressamente entre o equipamento considerado necessário a um bairro novo. Entretanto, poderia ser preparado um texto especial para as bibliotecas, que seria em seguida retomado na nova circular geral.

Regulamentações especiais

Importa prever:

a) Que o Ministério das Finanças dê o seu acordo ao Ministério da Educação Nacional no que respeita a eventuais subsídios aos municípios para compra de terrenos. Até agora os subsídios de equipamento têm-se limitado a *construções*. Nenhum texto se opõe à sua extensão, mas também nenhum a autoriza formalmente. Portanto, para evitar qualquer atraso na fase do contróle financeiro, é necessário definir a doutrina acerca deste ponto. O título dos capítulos 66-70, art. 3, actualmente: «bibliotecas municipais», deveria ser modificado da seguinte forma: *Créditos de subsídios que permitem eventualmente a aquisição de terrenos e de imóveis, trabalhos de construção e operações de equipamento em mobiliário*.

b) Que a «direction des bibliothèques» participe nos projectos de Z. U. P. ⁽¹⁾ por intermédio do seu correspondente departamental. Assim, o Ministério da Educação deverá dirigir uma circular aos prefeitos:

— Que especifique as normas que devem ser aceites para a edificação de uma biblioteca (cerca de 500 m² para um grupo de 5 000 habitações);

— Que determine a base de licitação;

— Com o pedido de que dêem instruções aos directores departamentais de equipamento e às sociedades de urbanização das Z. U. P. no sentido de reservarem, nos equipamentos socio-culturais, as superfícies necessárias à biblioteca de leitura pública.

c) Que doravante o Ministério da Educação Nacional possa incluir os projectos de bibliotecas de leitura pública nos dossiers apresentados ao «Comité 2 ter» ⁽²⁾ do «Fonds de

⁽¹⁾ O significado é: zone à urbaniser par priorité (Nota da trad.).

⁽²⁾ Trata-se do adjectivo numeral latino na sequência de «bis». (Nota da trad.).

développement économique et social»: o seu representante local deverá certificar-se de que em cada grande aglomerado foi na realidade prevista uma biblioteca.

d) Que o Ministério encontre o meio de prolongar o tempo de reserva do terreno para as bibliotecas públicas. Com efeito, se as operações de construção não forem efectuadas nesse meio tempo e se a municipalidade não assumir a responsabilidade da obra, o tempo de duração dessa reserva não pode de facto ultrapassar os seis meses. Nem é de excluir a hipótese de que, sendo os pedidos de licença de construção apresentados antes desse prazo, a reserva do terreno possa ser posta em causa.

Este armamento jurídico só dará plenos resultados se puder ser encarada a hipótese de se lançarem algumas operações piloto nas Z. U. P. em vias de realizar trabalhos urbanísticos: os municípios serão assim incitados a incluir a instalação de bibliotecas no centro das suas preocupações primordiais, no mesmo plano do equipamento médico ou escolar.

Inovações administrativas

As inovações administrativas devem tender para um triplo objectivo: encorajar as colectividades locais, coordenar os esforços dispersos, reforçar a administração da leitura pública, a fim de lhe permitir que assuma uma tarefa mais ampla.

Encorajar as colectividades locais

Na Dinamarca (lei de 27 de Maio de 1964) e na Noruega (lei de 1947) os textos legais impõem a cada município que assegure o funcionamento de uma biblioteca pública. Em França uma medida desta natureza seria por certo prematura. Contudo, pode-se, por diversos meios, encorajar as cidades a criarem ou melhorarem as suas bibliotecas de leitura pública.

Cidades

1) Em matéria de equipamento, é indispensável que o Estado participe na construção de bibliotecas municipais até ao limite de 50%, em vez dos 30%.

2) Para o funcionamento:

a) Conviria regular o subsídio em proporção com o esforço do município: se a cidade dedicasse à leitura pública a quantia de 2 a 4 F por habitante, a parte do Estado seria de 5%; de 10%, se a quantia fosse de 4 a 6 F; de 15%, acima de 6 F (1). Este subsídio viria juntar-se ao orçamento municipal.

b) Na altura da fundação de uma biblioteca, o Estado poderia oferecer um fundo inicial de livros.

(1) A título de comparação: quatro cidades dedicam à leitura pública mais de 7 F por habitante.

c) A classificação, que antigamente era decidida segundo a riqueza das bibliotecas municipais em fundos antigos, tem de ter cada vez mais em conta os esforços feitos por cada município para obrigar os seus muncípes a ler. Umhas quarenta bibliotecas poderiam assim tornar-se bibliotecas classificadas dentro dos próximos 10 anos.

A medida de classificação, que assegura já à municipalidade um pessoal científico do Estado, traria ainda como benefício para as bibliotecas as remessas regulares de livros (1 por 4 habitantes), e dar-lhes-ia enfim mais probabilidades de obterem um bibliobus.

Conviria por outro lado rever determinados textos que constituem actualmente um entrave ao desenvolvimento da leitura pública. Por exemplo, o Estado não deve subsidiar uma cidade nos trabalhos de adaptação de uma biblioteca, se esta estiver num local alugado.

Departamentos

Nos departamentos que possuem uma biblioteca central de empréstimo, deveriam ser dadas instruções aos prefeitos no sentido de favorecerem a formação das associações criadas segundo a lei de 1901 («Association des amis de la lecture publique»), que poderiam beneficiar de subsídios dos conselhos gerais (1) e oferecer, por exemplo, um bibliobus suplementar.

Coordenar os esforços

Existem numerosos serviços administrativos que têm possibilidades de favorecer o desenvolvimento da leitura pública.

Em Paris

Os «Ministérios dos Assuntos Culturais, Juventude e Desportos, Informação, Interior e Exército». Podemos ainda acrescentar o «haut commissariat au plan» e a «délégation à l'Aménagement du territoire». Sobretudo, seria bom que estas administrações e o Ministério da Educação Nacional («direction des bibliothèques et de la lecture publique») se habituassem a informar-se reciprocamente acerca dos projectos de interesse comum. Para esse efeito, um grupo de trabalho interministerial sobre a leitura pública poderia assegurar a ligação entre os diferentes serviços.

(1) No momento actual, a percentagem de despesas culturais nos orçamentos departamentais é fraca; assim, na região Languedoc-Roussillon temos, em relação a 1965:

Percentagem de despesas culturais no orçamento total	Percentagem das despesas culturais de- dicadas às bibliotecas e arquivos
Aude. 0,2	2
Gard. 0,08	1

Na sede da região

Presentemente ainda não é possível utilizar os quadros regionais, pois várias administrações até agora não têm, por exemplo, directores regionais. A reforma administrativa em vias de aplicação e a definição cada vez mais precisa da função dos C. O. D. E. R. ⁽¹⁾ permitirão por certo, no futuro, intercâmbios frutuozos e uma melhor coordenação.

Na sede do departamento

Verifica-se aí uma considerável dispersão de responsabilidades: o representante da «direction des bibliothèques et de la lecture publique», os «maires» ou os adjuntos especializados das cidades de mais de 20 000 habitantes, com o seu bibliotecário, inspector da academia, os conservadores dos museus classificados ou municipais e o inspector da Juventude e Desportos deveriam ser incitados a unirem os seus esforços e a reunirem-se periodicamente como fazem já algumas vezes. Uma colaboração deste tipo facilitaria, por exemplo, a organização das exposições itinerantes e talvez até, a título experimental, a criação de alguns estabelecimentos polimorfos segundo o modelo dos *Community Colleges* ingleses ⁽²⁾.

Nas cidades que possuem um museu, um teatro, uma casa de cultura, ou uma casa de jovens, convém que a biblioteca pública esteja associada às manifestações dessas várias instituições; em Tours, tem dado excelentes resultados a sociedade dos «Amis de la bibliothèque et du musée».

Desde já, todas as «maisons des jeunes» possuem normalmente uma biblioteca ou, pelo menos, algumas estantes. É bom que as bibliotecas municipais ou centrais de empréstimo realizem aí depósitos. Seria a «maison des jeunes», bem entendido, ou eventualmente o comité, que asseguraria a sua manutenção; aos bibliotecários de leitura pública competiria gerir e ajudar a animação dos clubes de leitura.

— No que diz respeito às casas de cultura, sugere-se igualmente que nelas se estabeleçam anexos da biblioteca pública, pelo menos a título experimental.

Reforçar a Direcção de Leitura Pública

A extensão que o governo pretende dar à leitura pública deve conduzir a um aumento de tarefas da Direcção responsável por essa leitura: «seria de desejar, portanto, a existência de um serviço especializado no seio da «direction des bibliothèques». É necessário prever também um reforço dos meios de investigação e de planificação, que permitam à administração central efectuar inquéritos sobre a leitura e trazer a sua contribuição aos assuntos biblioteconó-

⁽¹⁾ Por extenso: Comité d'Organisation et Développement Economique Régional. (Nota da trad.)

⁽²⁾ Trata-se de Colégios de ensino, utilizados depois do fim dos cursos pela população adulta da cidade para trabalhos caseiros, reuniões de clubes, conferências; compreendem geralmente instalações desportivas, uma cafeteria e um anexo da Biblioteca do Condado.

ERRATA

Na página	linha	onde se lê	leia-se
137	3	dos C.O.D.E.R.	das C.O.D.E.R.
»	nota (1)	Comité	Commission

micos. Além disso a Direcção poderia igualmente concluir contratos de investigação com os institutos que já existem em algumas universidades, nomeadamente na de Bordéus (1).

É ainda indispensável que a «direction des bibliothèques» designe expressamente um correspondente em cada departamento: seria o conservador chefe da biblioteca municipal da sede, se fosse classificada, ou o director da biblioteca central de empréstimo. Este correspondente departamental asseguraria um elo permanente com a prefeitura e tomaria parte em todas as reuniões que se relacionassem com a leitura pública e com o seu desenvolvimento.

O livro e a leitura pública

O grupo de estudo perguntou a si próprio em que medida o desenvolvimento da leitura pública poderia conduzir a uma baixa sensível do preço de compra das obras, especialmente mercê de uma normalização dos formatos e das encadernações. A este respeito foram entabuladas negociações com o Sindicato Nacional dos Editores, que se pôs em contacto com a Câmara Sindical dos Brochadores-Encadernadores.

É evidente que o problema se põe primeiramente em termos comerciais.

O desejável é que a política de leitura pública tenda, pelo menos quanto a um certo número de títulos, para encomendas conjuntas importantes antes da ida para o prelo; nesse caso, as condições de fornecimento (incluindo as fichas e encadernação) não terão nenhuma relação com as do comércio a retalho. Ainda mesmo que essa política continuasse a ser essencialmente constituída por compras fragmentárias posteriores à saída da obra, estas encomendas directas feitas aos editores permitiriam maiores descontos, desde que se admitisse que uma parte das compras seria também feita nos livreiros locais.

Mas bom é repetir que da tiragem seguida é que se pode esperar a baixa do preço de venda para os centros de leitura pública. Daí, a necessidade de uma escolha prévia por um «comité central»; daí, também, a necessidade de comunicação, por parte do editor, das provas tipográficas ou das maquetas do livro a esse comité, como no caso de uma co-produção estrangeira. Isso, que de resto é fácil quanto se trata de uma obra de arte, talvez não o seja no caso de um romance ou de um ensaio que tem muitas vezes de sair para uma determinada ocasião, para uma determinada ocorrência literária, política ou histórica.

No caso da encadernação, a limitação dos formatos correntemente utilizados nas edições dá azo a que se pense que as cadeias de produção, postas em movimento especialmente para a leitura pública, serviriam para diferentes títulos do mesmo formato, uns após outros.

Mas apesar de tudo os formatos diferem um pouco de editor para editor: à volta de alguns grandes formatos de base como o in-8.º coroa (2), o in-8.º quadrado (3), o in-8.º sol ou Jesus (4),

(1) Instituto de literatura de massas, fundado pelo professor Escarpit em 1959, que efectuou vários inquéritos interessantes.

(2) (3) (4) A que correspondem respectivamente, as dimensões da largura e da altura, expressas em milímetros: 0,118×0,185; 0,140×0,221; 0,175×0,275. (Nota da trad.).

encontramos toda uma série de variações que distinguem as colecções e que não são susceptíveis de se adaptarem às mesmas normas de encadernação.

Compete portanto aos dois sindicatos, dos editores e dos encadernadores, chegar a um acordo acerca da produção e normalização no âmbito de um caderno de encargos do organismo incumbido da leitura pública. É inegável que a perspectiva de encomendas repetidas e importantes trará resultados mais eficazes do que a simples preocupação de normalização.

Por conseguinte, devem ser aperfeiçoados mecanismos extremamente rigorosos de preparação das encomendas, de normalização e de produção, assim como a organização da armazenagem, agrupamento das encomendas e a sua distribuição em concordância com o Sindicato Nacional dos Editores e a Câmara Sindical dos Brochadores-Encadernadores. Muito em especial a «direction des bibliothèques» desejará que as fichas do catálogo pudessem vir juntamente com cada exemplar.

O *comité central* seria presidido pelo director das bibliotecas: as administrações interessadas na leitura pública (Exército, Interior, Assuntos Culturais, Juventude e Desportos, a cidade de Paris) deveriam ter nele as suas representações e desempenhar funções proporcionais à importância das suas encomendas.

Poderiam associar-se ao comité outras administrações. Estas efectuem na verdade compras maciças de livros, que podiam contribuir ainda mais para uma baixa do preço de custo. Referimo-nos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros («direction générale des relations culturelles») e aos organismos encarregados da cooperação com os países de África.

Assim, muitos livros destinados à leitura pública teriam possibilidade de ser exportados.

A realização de uma tal colaboração entre os editores e os poderes públicos não deixará de representar uma garantia de sucesso para uma solução de conjunto dos problemas do livro — problemas para os quais o relatório do conselheiro Escoube veio já chamar a atenção.

Publicidade da leitura pública

No momento imediato

O «grupo» recebeu o oferecimento de M. Royer, deputado e «maire» de Tours, para que se organizasse na sua cidade uma reunião de «maires», aos quais seriam apresentados os resultados de uma acção municipal continuada desde há anos. Esta sugestão merece ser aproveitada. Também seria bom organizar uma reunião dos presidentes dos conselhos gerais; além disso o Ministério do Interior dispõe de um certo número de recursos com vista a chamar a atenção das colectividades locais para a importância que o governo dispensa a este assunto.

Convirá, por outro lado, que o plano de desenvolvimento da leitura pública seja dirigido de forma a sensibilizar o próprio público que se pretende captar. Podia-se apelar para a televisão, rádio, imprensa, no sentido de encararem a leitura como uma «grande causa

nacional». Não é de desprezar o papel da imprensa regional nem o da imprensa rural (especialmente os jornais de acção cooperativa). Enfim, há a possibilidade de apoiar as iniciativas particulares, nomeadamente a da Quinzena da Leitura, organizada pelos editores e livreiros, e aproveitar a ideia de um prémio à municipalidade mais activa no domínio da leitura pública.

A longo prazo

Mais tarde seria de desejar que o O. R. T. F., cuja função no que respeita ao livro e à leitura é desde já considerável, se associasse ao desenvolvimento das bibliotecas de uma forma permanente:

— Pela indicação de bibliografias, fornecidas antes ou depois das emissões literárias, dramáticas ou científicas: permitir-se-ia assim que o público satisfizesse mais completamente através da leitura a curiosidade despertada por essas emissões. Os semanários especializados podiam publicar bibliografias análogas.

— Pela criação de passatempos radiofónicos *baseados na leitura*: o gosto actual do público mesmo do não culto, por esses passatempos e concursos seria indubitavelmente um excelente meio de o atrair para a leitura e, ainda, de melhorar o nível de certas transmissões;

— Por uma publicidade bem orientada feita às bibliotecas, especialmente nas emissões regionais do Jornal Televisado. A este respeito, conviria que houvesse uma estreita colaboração entre o O. R. T. F. e a administração das bibliotecas para evitar — como já tem sucedido por vezes — que a curiosidade do público se dirija súbita e maciçamente para bibliotecas ainda mal equipadas para a satisfazer;

— E reciprocamente, anunciando-se nas bibliotecas as emissões de interesse cultural. Os bibliotecários de leitura pública poderiam encontrar um excelente campo para animação cultural, sugerir leituras preparatórias ou organizar discussões à volta de um aparelho de televisão. Em muitos casos seria preciosa, nesta matéria, a colaboração do corpo docente e principalmente dos professores primários.

Esta acção publicitária, se for hábilmente conduzida, deverá levar o público a ponderar no facto de que a instituição de uma biblioteca moderna em cada cidade é tão indispensável como, por exemplo, a de uma piscina.

Problemas de Paris

O antigo departamento do Sena

Os fragmentos do antigo departamento do Sena incorporados nas novas circunscrições ficam, daqui por diante, sob a alçada do direito comum. Há pois motivo para prever neles a instalação de bibliotecas centrais de empréstimo que, mercê da excepcional densidade da população urbana, poderão ter uma função bastante original. Por outro lado, as bibliotecas

municipais — que já no antigo sistema mantinham com a «Direction des bibliothèques» contactos tão permanentes como com a «Direction des beaux arts de la préfecture de la Seine» — entram também no domínio do direito comum. Determinados municípios já fizeram um esforço deveras notável. Noutros, as realizações são inversamente proporcionais às necessidades. É bom que o distrito, onde as novas cidades projectadas oferecerão um campo ideal às mais modernas experiências, possa favorecer um estímulo neste aspecto.

Paris

A cidade de Paris é, doravante, um caso único, jurídica e praticamente.

— *Juridicamente*, a «Direction des beaux-arts» e o Conselho Municipal embora não pensem em contestar a tutela teórica da «Direction des bibliothèques», nem por isso estão menos preocupados em preservar uma certa autonomia fundamentada na história: com efeito, quando Paris criou as suas bibliotecas, a leitura pública não era da competência do Estado. E porque esta autonomia se traduz, entre outras formas, pela circunstância de não ser pedido ao Estado nenhum subsídio para as bibliotecas de Paris, parece que será de esperar que não se lhe traga qualquer prejuízo. Todos os esforços devem tender apenas para uma cooperação franca e amigável, o que corresponde tanto aos sentimentos como aos interesses das duas partes.

— *Praticamente*, a rede de bibliotecas parisienses é notável, quer pela sua antiguidade, quer pela sua densidade. Comporta:

a) 20 bibliotecas «centrais» de empréstimo (uma por «arrondissement») instaladas nas «mairies»;

b) 53 bibliotecas de bairro, na sua maior parte distribuídas pelos agrupamentos escolares;

c) Algumas bibliotecas especializadas, principalmente:

— A biblioteca Forney que tem um grande serviço de empréstimo, sobretudo revistas a numerosos artistas e industriais de artes decorativas;

— 3 bibliotecas infantis às quais temos de juntar as secções para crianças que quase sempre existem nas 20 bibliotecas centrais;

— 9 bibliotecas nas «maisons des jeunes».

O total dispõe de cerca de 1 150 000 volumes. Todos os anos se fazem 3 000 000 de empréstimos, isto é, 1,1 por habitante — o que é superior à média francesa.

— A Prefeitura tem importantes projectos que consistem em criar em cada «arrondissement» uma grande biblioteca independente, com uma superfície de 2 000 m² e sala de empréstimo, sala de trabalho, sala dos jovens, discoteca, etc. Antes de 1970 realizar-se-ão 6 destas iniciativas ⁽¹⁾. As bibliotecas de bairro serão igualmente reforçadas em número e em qualidade. Todos esses projectos prosseguem no mesmo sentido daqueles formados pelo governo em prol do resto do país.

(1) A nova biblioteca do 18.º «arrondissement» deve ser inaugurada em 1967.

— *A colaboração entre o Estado e a cidade de Paris*, cujas modalidades foram examinadas no decurso de várias reuniões, poderia traduzir-se pela formação de um grupo de trabalho comum e que reunisse funcionários da Direcção das Bibliotecas e da Prefeitura. Este grupo teria por finalidade fornecer informações regulares e recíprocas à Direcção das Bibliotecas e às bibliotecas parisienses.

Actualmente, os problemas mais importantes são:

a) Participação da cidade de Paris no fundo de compra de livros de leitura pública, o que permitiria, pelo aumento do número das partes interessadas, diminuir mais o preço de custo.

b) Inspeção ocasional das bibliotecas de Paris pela «Inspection générale des bibliothèques».

c) Recrutamento eventual de bibliotecários para a cidade de Paris pela «Ecole nationale supérieure des bibliothécaires».

d) Possível acolhimento do «Service central technique des bibliothèques de la ville de Paris» na grande biblioteca pública que o Estado há-de construir nas «Halles». É por demais evidente que esta biblioteca, cujo financiamento está previsto no decurso do V Plano, não vai, de modo algum, fazer concorrência às bibliotecas de empréstimo dos «arrondissements». Deveria, simultaneamente, descongestionar a Biblioteca Nacional e contribuir para manter no bairro das «Halles» o seu carácter de animação.

Recentemente, o ministro da Educação Nacional indicou as grandes linhas do seu programa ao prefeito de Paris, que manifestou o seu inteiro acordo.

CONCLUSÃO

O atraso da França na leitura pública não pode ser recuperado de repente. Só a realização de um plano com uma duração suficiente permitirá que sejam atingidos os objectivos definidos pelo grupo de trabalho.

Os problemas da leitura pública foram abordados pelo V Plano (1966-1970) de uma forma muito sumária, apenas no âmbito do equipamento escolar, universitário, desportivo e somente no que respeita às despesas de construção e apetrechamento de mobiliário das bibliotecas centrais de empréstimo e das bibliotecas municipais. A debilidade deste esforço é aliás sublinhada pelo relatório da «Commission du plan pour l'équipement culturel».

O grupo de trabalho recomendou a adopção de um plano decenal — plano de que foram avaliadas todas as incidências financeiras.

Precisamente antes da redacção da presente nota concedeu-se um aumento de recursos (11 065 371 F) ao orçamento de 1968 para a «Direction des bibliothèques et de la lecture publique», a fim de lhe permitir realizar determinadas experiências e criar certos dispositivos susceptíveis de preparar a aplicação de um plano a médio prazo.